



# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$40

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recetam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS			
As três séries . . . . .	Ano 360\$00	Semestre . . . . .	200\$00
A 1.ª série . . . . .	140\$00		80\$00
A 2.ª série . . . . .	120\$00		70\$00
A 3.ª série . . . . .	120\$00		70\$00

Para o estrangeiro e colónias acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 45\$00 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se refere o § único do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 37:701, de 30 de Dezembro de 1949, têm a redução de 40 por cento.

## SUMÁRIO

### Ministério do Interior:

**Portaria n.º 13:416** — Constitui o quadro do pessoal da direcção do Hospital Joaquim Urbano, do Porto.

**Portaria n.º 13:417** — Aprova a distribuição do pessoal do Hospital Joaquim Urbano, do Porto, que não esteja compreendido no quadro da direcção.

### Ministério das Comunicações:

**Despacho ministerial** — Esclarece que o § único do artigo 17.º do Código da Estrada continua a ser aplicável aos tractores agrícolas de rasto contínuo.

## MINISTÉRIO DO INTERIOR

### Direcção-Geral de Saúde

### Repartição dos Serviços Administrativos

#### Portaria n.º 13:416

Nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 31:913, de 12 de Março de 1942: manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros do Interior e das Finanças, que o quadro do pessoal da direcção do Hospital Joaquim Urbano, do Porto, fique constituído pela forma seguinte:

Número de funcionários	Categorias	Vencimento	Gratificação
1	Director . . . . .	-5-	800\$00

*Nota.* — O exercício do cargo de director compete ao delegado de Saúde do Porto.

O actual director manter-se-á ao serviço, conservando todos os seus direitos.

Ministérios do Interior e das Finanças, 9 de Janeiro de 1951. — O Ministro do Interior, *Joaquim Trigo de Negreiros*. — O Ministro das Finanças, *Artur Águedo de Oliveira*.

#### Portaria n.º 13:417

Nos termos do artigo 170.º do Decreto-Lei n.º 35:108, de 7 de Novembro de 1945, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 31:913, de 12 de Março de 1942, e do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 37:418, de 18 de Maio de 1949: manda o Governo da República Portuguesa,

pelo Ministro do Interior, ouvido o Ministro das Finanças, que o pessoal do Hospital Joaquim Urbano, do Porto, que não esteja compreendido no quadro da direcção seja distribuído pelo mapa seguinte:

Número de funcionários	Categorias	Vencimentos
1	a) Pessoal administrativo:	
1	Segundo-oficial . . . . .	N
1	Escrivário de 2.ª classe . . . . .	U
1	Dactilógrafo . . . . .	U
1	Fiel . . . . .	T
2	b) Pessoal clínico:	
2	Médicos . . . . .	Q
2	Médicos assistentes . . . . .	X
1	c) Pessoal de enfermagem:	
1	Enfermeiro de 1.ª classe . . . . .	U
1	Enfermeira de 1.ª classe . . . . .	U
4	Auxiliares de enfermagem . . . . .	X
1	d) Pessoal dos serviços técnicos:	
1	Farmacêutico de 1.ª classe . . . . .	0
1	Ajudante de farmácia . . . . .	S
1	Praticante de farmácia . . . . .	X
1	e) Pessoal auxiliar:	
1	Fiscal (a) . . . . .	R
1	Dispenseira-roupeira . . . . .	X
1	Cozinheira (b) . . . . .	Y
1	Ajudante de cozinheira (b) . . . . .	Z
3	Serventes . . . . .	Y
6	Criadas (b) . . . . .	200\$00
2	f) Pessoal menor:	
2	Porteiros . . . . .	Y
1	g) Pessoal dos serviços industriais ou equiparados:	
1	Encarregado de máquinas . . . . .	Y
1	Jardineiro . . . . .	Z
1	Carpinteiro-pintor . . . . .	Z
3	Lavadeiras . . . . .	200\$00

a) Com residência obrigatória no Hospital.

b) Com direito a alimentação. O restante pessoal poderá ser autorizado a receber-la, mediante desconto até 25 por cento das respectivas remunerações.

### Notas

1) Este quadro começará a vigorar a partir do dia 1 de Janeiro de 1951. O Ministro do Interior, sob proposta do director do Hospital e com informação favorável do director-geral de Saúde, fará, por simples despacho, a distribuição do pessoal agora em exercício pelos lugares previstos neste quadro.

2) Além do pessoal do quadro, poderá ser contratado ou assalariado o que se tornar indispensável à boa execução dos serviços.

3) O pessoal presentemente em serviço que exceder o novo quadro continuará nas suas actuais situações, não sendo, porém, preenchidas as vagas respectivas quando venham a ocorrer.